

Capítulo 4

Tecendo leituras nas pesquisas sobre Libras: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior

Emmanuelle Félix dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, EF. Tecendo leituras nas pesquisas sobre Libras: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior. In: ALMEIDA, WG., org. *Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 67-91. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TECENDO LEITURAS NAS PESQUISAS SOBRE LIBRAS: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior

Emmanuelle Félix dos Santos

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais, atualmente, tem apresentado repercussão no cenário nacional, haja vista as conquistas do seu reconhecimento e, por conseguinte, as políticas de inclusão dos surdos. Entretanto, durante anos, a Língua de Sinais foi considerada como um amontoado de gestos, incapaz de expressar o pensamento.

Historicamente a Língua de Sinais é aludida pelo marco ocorrido na cidade de Milão, em 11 de setembro de 1880. Neste aporte histórico temporal incidiu a II Conferência Internacional de Educadores de Surdos, o inesquecível *Congresso de Milão*, que ocasionou, mundialmente, a proibição do uso da Língua de Sinais, destituindo seu uso nos espaços públicos, inclusive nos espaços escolares.

Assim, o Brasil, que iniciara vinte e três anos antes o trabalho com a Língua de Sinais, por meio da implantação do Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da influência do professor surdo Huet, adere à tendência educacional mundial e extingue a Língua de Sinais do processo educacional dos surdos (GOLDFELD, 2002).

Para Ferreira (2010), pesquisadora da Língua Brasileira de Sinais, os estudos linguísticos se constituíram, por muito tempo, apenas por demarcações de sua evolução história e pouco direcionavam os olhares para as estruturas da linguagem, negligenciando, assim, as pesquisas sobre as Línguas de Sinais tanto no Brasil quanto no mundo. Hipoteticamente, podemos atribuir que parte da responsabilidade do que ocorreu em Milão, isto é, a proibição do uso das Línguas de Sinais pelas escolas, pelos pais de surdos e pelos próprios surdos, se deve à ausência destes estudos.

Somente em meados de 1960, houve uma ascensão nos estudos sobre a Língua de Sinais, mediante a influência do linguista Stokoe, que, juntamente com um grupo de pesquisadores, contribuiu significativamente para a desconstrução de conceitos equivocados sobre ela ao descrever os parâmetros¹ da Língua de Sinais Americana (ASL). Esta descrição corroborou, no Brasil, os trabalhos de Ferreira-Brito (1990), que descrevem os parâmetros fonológicos da Libras (SANTOS; SANTOS; SANTOS, 2013).

Além da relevância dos estudos linguísticos, se destacam, no processo de reconhecimento dessa língua, os movimentos dos surdos e das unidades da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que, vigorosamente, alavancaram discussões na projeção de instituir legalmente a Libras.

Os movimentos sociais alavancados pelos surdos estabeleceram como uma das suas prioridades o reconhecimento da língua de sinais nos últimos quinze anos. Foram várias as estratégias adotadas para tornar pública a Libras. Entre elas, citamos os projetos de lei encaminhados em diferentes instâncias governamentais e a formação de instrutores de língua de sinais em vários estados brasileiros (QUADROS, 2006, p. 142).

1 Podemos compreender parâmetros como conjunto de propriedades distintivas (sem sentido) e de regras que compõem o sinal (refere-se à palavra nas línguas orais). Inicialmente Stokoe propôs a decomposição da ASL em três parâmetros principais: configuração de mão, locação e movimento da mão (QUADROS, 2004).

Consequência dessas lutas, em 2002, é aprovada a Lei 10.436, que reconhece a Libras enquanto língua oriunda dos surdos, e em 2005, o Decreto 5.626, que regulamenta a referida Lei. Esses documentos legais têm possibilitado, ao surdo e à sua língua, uma visibilidade outrora nunca vista no cenário acadêmico, pois abrangem questões políticas e filosóficas para a educação e saúde dos surdos.

Dentre os tópicos abordados nesses documentos legais, destaca-se, neste trabalho, o enfoque que foi dado à Libras como componente curricular no ensino superior. A inserção desse componente curricular, de caráter obrigatório em todos os cursos de licenciatura, em nível médio e superior, bem como nos cursos de Fonoaudiologia e Educação Especial, e de caráter optativo nos cursos de bacharelado, impôs às Instituições de Ensino Superior (IES) uma nova organização curricular.

Assim, acredita-se que a inclusão desse componente curricular tem proporcionado inúmeras discussões na academia, bem como tem permitido uma abertura maior nos debates educacionais em cenário nacional. Isto posto, instiga-nos, com a produção deste trabalho, verificar, dentre os resumos sobre Libras publicados nos periódicos eletrônicos da SciELO², quais os sentidos que são atribuídos ao seu ensino nas IES. Sendo assim, tornou-se oportuno fazer um levantamento dos aspectos e dimensões que vêm sendo privilegiados, ou não, nas pesquisas sobre a Libras. Para tanto, buscou-se fazer uma inventariação dos trabalhos na área, especificamente resumos indexados nos periódicos eletrônicos da SciELO, que, apesar do pouco tempo de existência, datada a partir do ano de 1997, possuem relevância no campo da pesquisa científica por contemplar temas significativos e atuais, como o desta pesquisa e, principalmente, por serem de fácil acesso.

2 É a Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Língua) e se caracteriza como um modelo de publicação eletrônica eficiente de periódicos científicos na internet. (<http://www.scielo.org/php/level.php?item=1&lang=pt&component=56>)

Destarte, o estudo em questão, por um lado, possui um caráter prático, na medida em que se baseia no levantamento bibliográfico de 41 resumos de artigos sobre Língua Brasileira de Sinais, publicados e indexados até a data vinte e sete de junho de dois mil e treze, na biblioteca eletrônica referenciada; por outro lado, o trabalho tem um caráter teórico, em função de tentar promover uma discussão sobre o estado da arte com base nos textos analisados.

Considera-se, neste trabalho, o resumo como um gênero de discurso e objeto cultural da esfera acadêmica que informa objetivamente o leitor sobre certa produção em uma determinada área, tempo, condições, realidade e finalidades específicas (FERREIRA, 2002). E justamente por ser um objeto cultural e por desencadear estruturas afins, tornou-se necessário, em alguns trabalhos, a leitura completa do texto final, neste caso, dos artigos, para que não fizessemos uma leitura equivocada dos resumos.

Em suma, essa pesquisa não esgota as possíveis leituras dos resumos na SciElo, apenas tenta apresentar temáticas evidenciadas nos trabalhos encontrados, dando ênfase à categoria: ensino de Libras nas IES. Por fim, apresenta as prováveis conclusões sobre o objetivo, convidando a refletir sobre o que se tem produzido na área e quais as lacunas que existem, com o intuito de suscitar futuras pesquisas que contribuam para o avanço da educação.

O que os resumos dos artigos tecem sobre Libras?

A pesquisa com base na leitura de resumos para análise do seu conteúdo apresenta limitações e possibilidades. Dentre as limitações, compreende-se que o resumo, por ser um texto sintético, pode deixar escapar elementos articuladores implícitos do estudo realizado e, nesse caso, haverá necessidade de recorrer ao texto na íntegra. Dentre as possibilidades, esse gênero textual traz em si uma ideia sintética que apresenta o todo, ou seja, uma visão panorâmica do estudo realizado.

Anuindo com Ferreira (2002, p. 270),

é possível ler em cada resumo e no conjunto de-
les outros enunciados, outros resumos, outras
vozes, e perceber a presença de certos aspectos
significativos do debate sobre determinada área
de conhecimento, em um determinado período.

Ao realizar o levantamento das pesquisas sobre Libras enquanto componente curricular no ensino superior, utilizando as categorias LIBRAS e DISCIPLINA³, foram encontrados apenas dois trabalhos. Contudo, ao fazer uma leitura minuciosa desses resumos, apenas um, que abordaremos posteriormente, contemplava a discussão. Não localizando trabalhos suficientes que permitissem compreender as discussões em torno dessa temática, tornou-se necessário ampliar a categoria de busca para LIBRAS, que permitiu uma amplitude de 50 resumos, incluindo os dois encontrados anteriormente.

Ao ler os resumos, foi possível delinear e correlacionar outras temáticas, igualmente relevantes, das quais tentaremos descrever alguns aspectos e dimensões. Ratificamos que, dentre os 50 resumos encontrados, nove foram excluídos da análise. Isso porque oito deles não versam sobre Libras enquanto uma língua, mas, semanticamente, como uma unidade de medida, e um por abordar a temática audiodescrição de uma literatura para cegos. Neste contexto, apesar de a literatura ter sido legendada e interpretada para a Libras, não havia uma discussão significativa do trabalho desse gênero textual com surdos ou deficientes auditivos. Assim, nosso objeto de estudo se restringiu a 41 resumos, que tentaremos delinear.

É importante salientar que as pesquisas sobre Libras tiveram um crescimento significativo posterior ao seu reconhecimento, em 2002. Dos 41 resumos analisados, apenas um trabalho foi publicado, em 2000, e esse assumiu em seu corpo discussões emergentes

3 Utilizamos como categoria a palavra disciplina e não componente curricular devido ser esse o termo utilizado na Lei n.º 10.436/02. Contudo, no decorrer do texto utilizaremos o termo componente curricular por ser o mais empregado nas legislações mais atuais, porém com a mesma aceção de disciplina.

das políticas públicas da educação dos surdos, tais como o papel fundamental da Língua de Sinais no processo educacional dos sujeitos surdos (LACERDA, 2000), e a inserção do intérprete na sala de aula comum. A partir do reconhecimento da Libras, o aumento do número de artigos publicados na SciELO oscilou, com uma elevação, entre 2006 e 2009, de 7 produções.

Ao tecer leituras dos 41 resumos, inicialmente do título, objetivos e palavras-chave, pôde-se agrupá-los em temáticas afins. Contudo, ocasionalmente, algumas palavras-chave divergiam do título e dos objetivos, optando por excluí-las na realização da categorização.

As temáticas elencadas foram: a) Inclusão do surdo; b) Aquisição da linguagem (Libras e Língua Portuguesa); c) Intérprete de Libras; d) Identidade, cultura e religião; e) Educação e tecnologia; f) Arte e educação; g) História da educação dos surdos; e h) Formação profissional em Libras. Incluímos, nessa última temática, dois resumos que tratam do componente curricular Libras, nas IES, devido ao fato do componente curricular desempenhar função formativa. Contudo, estes dois trabalhos serão discutidos separadamente.

Os resumos relacionados à temática *Inclusão do surdo* totalizam 13, sendo que cinco referem-se à esfera da saúde e oito tratam da inclusão nos espaços educacionais, três no ensino superior e cinco na educação básica. Dos cinco relacionados à saúde, dois versam, especificamente, sobre inclusão enquanto acesso do surdo aos espaços públicos que prestam atendimento à saúde, já os demais resumos, apesar de abordarem o acesso do surdo a esses espaços, intensificaram o estudo sobre o processo de comunicação do surdo com os profissionais da saúde.

Quando os pacientes surdos e os médicos se encontram, se deparam com barreiras comunicativas que comprometem o vínculo a ser estabelecido e a assistência prestada, podendo interferir no diagnóstico e no tratamento. Ficou clara a necessidade de as instituições públicas oportunizarem programas que visem à formação dos profissionais para adequada assistência aos pacientes surdos (CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009, p. 147).

Esses resumos denunciam que os surdos não têm acesso adequado aos atendimentos públicos da saúde, conforme está assegurado nas políticas públicas, especificamente no Capítulo VII do Decreto 5.626/05, que trata prioritariamente da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

A ausência de profissionais qualificados acarreta, ao surdo e ao profissional da saúde, sentimentos de recusa e de impotência. “O surdo não tem alcançado uma comunicação efetiva durante o atendimento de saúde, no qual experimenta sentimentos negativos, necessitando da presença de um profissional intérprete” (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006, p. 553).

Assim, os três resumos concluem que há barreira comunicacional no atendimento ao surdo e apontam a necessidade de um intérprete neste espaço, bem como a necessidade de formação, na área, para os profissionais da saúde, conforme se pode constatar nos escritos de Pagliuca, Fiuza e Rebouças (2007, p. 411): “Para aperfeiçoar a comunicação, sugere-se o preparo profissional na graduação e cursos de LIBRAS. Conforme se conclui, existe dificuldade da enfermeira ao se comunicar com o deficiente auditivo”.

Em relação aos resumos que discutem a inclusão no âmbito escolar, os que se referem à Educação Básica fazem uma discussão à luz dos aparatos legais com propostas de educação bilíngue e inclusão. Sobre isso, Lodi (2013, p. 49) considera que “[...] os sentidos dos conceitos de educação bilíngue e de inclusão nos dois documentos legais têm alimentado velhas tensões e inviabilizado o diálogo entre proposições da Política de Educação Especial e do Decreto 5.626/05”. Essas tensões são visibilizadas nas lutas e mobilizações dos surdos, que se intensificaram em 2011 no movimento Setembro Azul⁴.

4 O Setembro Azul pode ser entendido como o marco fundamental no que diz respeito à mobilização nacional na defesa das escolas bilíngue para surdos. O Setembro Azul é um movimento social motivado por uma crítica à atual política de educação especial, que tem como prioridade o modelo da inclusão, ou seja, colocar os surdos em escolas regulares e, posteriormente, o fechamento das escolas especiais (disponível em: < <http://setembroazul.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2013).

A defesa da educação bilíngue é uma realidade recente e ainda não homogênea entre as próprias comunidades surdas. Pe-tean, Lopes e Borges (2002, p. 195), ao pesquisarem sobre a temática, ainda em 2002, relatam o desconhecimento do tema pelos familiares dos surdos:

A escolarização é considerada como importante, mas o ensino bilíngue não é aceito, demonstrando o desconhecimento destas mães em relação aos benefícios que este tipo de educação pode trazer para o desenvolvimento de seus filhos.

É oportuno destacar que a inclusão do surdo é uma questão fervescente e que não se trata apenas do acesso à escola regular, mas requer um repensar das necessidades desse educando, que tem uma língua/cultura diferenciada e que, por ser minoria no espaço escolar, torna-se excluída do processo de ensino e aprendizagem. Guarinnello (2006, p. 317), concluindo sua pesquisa, revela que:

A inclusão de surdos no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos materiais; é necessário que a escola e a sociedade sejam inclusivas, assegurando igualdade de oportunidades a todos os alunos e contando com professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

A defesa de uma escola ou classe de surdos surge dos relatos do processo de inclusão dos professores, pais, colegas ouvintes e alunos surdos ancorados em pesquisas científicas. Felix (2009), ao discutir a inclusão do surdo, se ateu ao processo de ensino-aprendizagem, e como resultado evidencia que:

O fato de haver quatro alunos surdos usuários de Libras estudando em uma mesma sala permitiu a eles trabalharem de maneira cooperativa, o que fez com que não ficassem isolados. Além disso, a língua de sinais tornou-se visível nessa instituição. Entretanto, a interação entre professora

ouvinte e seus alunos surdos mostrou-se pouco significativa para a aprendizagem desse grupo (FELIX, 2009, p. 119).

A partir dessa leitura, pode-se perceber a necessidade comunicacional dos surdos de se agruparem, pois é através da interação entre seus pares que o desenvolvimento da língua é potencializado. Sendo assim, no modelo educacional vigente, o processo de ensino e aprendizagem não tem contemplado as necessidades e peculiaridades dos alunos surdos.

Acerca dos resumos sobre a inclusão dos surdos no ensino superior, Cruz e Dias (2009) relatam que há um número relativamente pequeno frequentando as IES e, em consonância com Bisol (2010), que objetivou compreender a vivência universitária destes estudantes, concluem que, apesar dos empecilhos e desafios de transitar entre a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa (LP), de avaliar a participação de intérprete de Libras, e principalmente devido ao fato de a didática da sala de aula se adequar apenas aos ouvintes, delegando aos surdos a responsabilidade pelo seu aprendizado, estes têm se mostrado capazes, produtivos, solidários e interessados em avançar.

Ainda sobre a inclusão no ensino superior, destacou-se o trabalho de Franco (2009, p. 15), que objetivou “apresentar um ensaio acerca da experiência em curso do Instituto Nacional de Surdos (INES), na implantação do Instituto Superior Bilíngue de Educação (ISBE)”. Declara tecer, no corpo do artigo, a concepção de política como espaço de liberdade, e nas reflexões finais indica “o sentido da política inclusiva no contexto de uma Política Cultural Bilíngue, enquanto abertura histórica de sentido possa representar um ensaio à liberdade” [sic] (FRANCO, 2009, p. 15).

É oportuno esclarecer que o embate explicitado nos resumos se torna relevante frente às discussões que emergem nas políticas educacionais nacionais. Poder opinar sobre essas questões requer um debruçar-se sobre essas e outras pesquisas que têm dado voz aos sujeitos envolvidos no processo.

A segunda temática destacada é *Aquisição da linguagem*, que compreende 14 resumos. Desses, quatro tratam especificamente de

estudos sobre a importância da aquisição da Libras e de sua estrutura discursiva na constituição do sujeito surdo, bem como o desenvolvimento de sua linguagem, cognição e interação social. Favero e Pimenta (2006), autores que discutem a relação pensamento/linguagem e a Língua de Sinais, num estudo sobre resolução de problemas, apontam que:

Os resultados sugerem que a dificuldade dos surdos frente a problemas de matemática advém do processo de escolarização que prima pela aquisição de regras de procedimentos de resolução, em detrimento da aquisição conceitual e pelo uso inadequado da LIBRAS como instrumento para a organização de significados semióticos e aquisição de conhecimentos (FAVERO; PIMENTA, 2006, p. 225).

Ao estudar o papel da linguagem na constituição do ser humano, encontra-se explicitado na teoria vygotskyana (1989, p. 50) que “é por meio da linguagem que o indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimentos e modos de ação, organiza e estrutura seus pensamentos”. Com base nessa teoria, o aprendizado da Língua de Sinais, para os surdos, é uma necessidade social, um direito que não pode ser negado, visto que ela possibilita ao surdo o conhecer e o estar no mundo. As pesquisas citadas sobre a aquisição da Língua de Sinais foram publicadas entre 2004 e 2006, e o Decreto que assegura o direito do surdo de aprender a Libras como primeira língua foi aprovado em 2005. Como se percebe, as discussões nesse campo teórico e na academia, e as políticas em prol dessa aquisição são recentes.

Já a preocupação com a aquisição da Língua Portuguesa não é tão recente assim. Desde 1880, por sugestão do II Congresso de Milão, iniciou-se, no Brasil, a abordagem educacional oralista⁵

5 O oralismo, ou abordagem oralista, visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o Português) (GOLDFELD, 2002, p. 33).

para o ensino da LP. Por um século essa foi a filosofia que fundamentou o trabalho dos professores de surdos. Mesmo antes dessa data, quando a Língua de Sinais era utilizada na educação do surdo, o objetivo principal desse ensino estava centrado na língua majoritária do País e, principalmente, no desenvolvimento da fala, da oralidade.

Em relação à aquisição da língua oral, encontramos um trabalho de autoria de MELO *et al* (2012), contudo o trabalho não aborda o método oral, mas as habilidades auditivas e de linguagem oral durante o primeiro ano de uso do implante coclear (IC). Assim, o estudo objetivou:

Acompanhar quatro crianças deficientes auditivas implantadas, sendo duas crianças filhas de pais deficientes auditivos fluentes na LIBRAS (expostas a ambiente bilíngue) e duas crianças filhas de pais sem alterações auditivas (expostas a ambiente oral) (MELO et al., 2012, p. 476).

Este estudo comprovou que todas as crianças puderam se beneficiar do IC e desenvolver habilidades auditivas e de linguagem similares, independente do ambiente.

No que remete ao ensino da LP na modalidade escrita, durante anos não houve registro de uma metodologia diferenciada. Mediante a aquisição da oralidade, os surdos poderiam aprender a escrever. Porém, a Lei que reconhece a Libras como primeira língua, em seu parágrafo único, declara que “A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2002, p. 1).

Assim, temas como a inclusão do aluno surdo nas escolas regulares, a proposta de educação bilíngue e a obrigatoriedade da aquisição da LP na modalidade escrita exigem pesquisas urgentes que dialoguem com os atores do contexto educacional de ensino e aprendizagem da LP para alunos surdos. Em evidência, o maior quantitativo de pesquisas sobre aquisição foi em LP, totalizando nove.

Essas pesquisas versam sobre a interface entre a Língua de Sinais e a LP, bem como sobre a influência dos estímulos visuais e

da tecnologia (leitura digital) na produção dessa escrita. Nenhum resumo apresenta, em seus resultados, um caminho ou uma metodologia de como se trabalhar a LP na modalidade escrita com os surdos. O trabalho de Peixoto (2006), que propõe uma reflexão psicolinguística sobre as construções conceituais da escrita das crianças surdas, ressalta que as peculiaridades dessa escrita exigem que:

A escola e o professor alfabetizador revejam suas concepções sobre o processo de escrita do surdo, pensando em (novas) práticas pedagógicas que considerem a realidade bilíngue e sua relação não-sonora com a escrita (PEIXOTO, 2006, p. 205).

Também é importante destacar a unanimidade desses trabalhos ao se referir à LP como segunda língua, e que essa temática carece de mais pesquisas.

No modelo educacional vigente, em que se propõe a inclusão dos surdos na rede regular, surge um novo personagem na educação, o *Intérprete⁶ de Libras*. Em relação a essa temática foram encontradas duas pesquisas. Ambas discutem questões relativas ao perfil e à atuação no ensino superior e caminham para uma reflexão acerca da necessidade de formação deste profissional.

Ao fazer as leituras dos resumos sobre *Identidade, cultura e religião*, foram analisados cinco trabalhos; dentre esses textos, apenas um discute a questão da religião, analisando a “posição chave da igreja Católica na produção de formas de associação primária de pessoas com surdez no Brasil” (SILVA, 2012, p. 13). Empiricamente, coloca o papel da Igreja na consolidação da Libras, através da relação desta instituição com a educação de surdos e a vasta rede de congregações católicas existente que politicamente sempre teve representações no âmbito da surdez.

6 Intérprete de Libras ou Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) são profissionais que atuam na efetiva prática de educação inclusiva, responsável pela acessibilidade linguística dos alunos surdos interpretando do Português para Libras e vice-versa (LACERDA; GURGEL, 2011).

Os trabalhos sobre identidade e cultura buscam compreender as representações, concepções, os preconceitos e as questões referentes à cultura dos surdos, ora pelos próprios surdos, ora pelos ouvintes. Suas conclusões incidem sobre os seguintes aspectos: a) a integração entre surdo e ouvinte mascara preconceitos em relação à surdez; b) a concepção de surdez é multifacetada; c) o aprendizado da Libras possibilitou sua afirmação enquanto ser diferente, com necessidades distintas e d) o papel do outro surdo é fundamental na construção de uma identidade. Em suma, tratam da necessidade de “compreender o surdo a partir de construções histórico-sociais, simbólicas e culturais, para além de uma dimensão fisiológica” (NOBREGA 2012, p. 671).

Em relação às temáticas *Educação e tecnologia; Arte e educação e História da educação dos surdos*, foi localizado apenas um resumo de cada. Sobre a primeira, Silva e Rodrigues (2013) nos convidam a repensar as características que um repositório educacional aberto deve apresentar para atender às necessidades de informação dos alunos do curso de Letras Libras EaD, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No que tange à temática *Arte e educação*, Souza e Silva (2010) tecem sobre o corpo como um componente linguístico fundamental na constituição dos sentidos e dos significados produzidos na atividade lúdica, como faz de conta, promovendo possibilidades de expressão subjetiva da criança que brinca, neste caso, a criança surda.

Por fim, na temática *História da educação dos surdos*, Lodi (2005), à luz da teoria de Bakhtin, discute ideologias que perpassaram os discursos sobre surdez, assim como o embate entre a Língua de Sinais e a LP, pontuando os reflexos desse processo histórico nos dias atuais. Para compreender esses reflexos, foi necessária a leitura do artigo com o intuito de conhecer uma pesquisa que a autora cita em seu resumo. Ao ler, pôde-se identificar que a pesquisa refere-se a uma oficina de leitura e que essa propiciou discussão sobre o letramento dos surdos, fazendo alusões às discussões encontradas nos resumos da temática Aquisição de linguagem.

No que se reporta à temática *Formação de profissionais em Libras*, foram catalogados quatro trabalhos. Dentre esses, dois apresentaram focos bem distintos. Um aborda como a formação dos professores, surdos e ouvintes, pode contribuir mediando o processo de aquisição da linguagem dos alunos surdos, e o outro dá ênfase ao significado da denominação instrutor surdo, expresso no Decreto n.º 5.626/05.

Embora o primeiro texto pareça discutir a aquisição de linguagem, uma leitura minuciosa do objetivo “analisar o quão frequentes foram os princípios de mediação e aquisição antes e depois de uma intervenção formativa com as professoras” (BOMFIM; SOUZA, 2010, p. 417), revela que o resumo enquadra-se na temática *Formação*, e não na *Aquisição*, pois os autores colocam em destaque a atuação (mediação) do profissional mediante sua formação, ou não. Já o segundo texto aborda a caracterização do instrutor de Libras como um profissional surdo que não tem formação pedagógica, com conotação também para o professor surdo que possui formação. Por fim, o autor evoca a valorização dos profissionais surdos mediante a primazia de profissionalização, reconhecimento e valorização.

Os demais trabalhos discutem o ensino de Libras nas IES. Oportuno destacar que ao inventariar os trabalhos sobre Libras objetivamos verificar os sentidos atribuídos ao ensino de Libras nas IES. Sendo assim, serão abordados, separadamente, no tópico a seguir.

O ensino de Libras nas IES: qual o sentido?

O ensino de Libras como segunda língua (L2), durante longo período, foi instrumentalizado por meio de cursos básicos de Libras, ofertados pelas comunidades surdas do Brasil. Contudo, em 2002, a Lei n.º 10436, que regulamentou a Libras, em seu Art. 4º, especifica:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos

de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002, p. 1).

Assim, a Libras foi instituída como um componente curricular. Três anos depois desse preceito legal, é sancionado o Decreto que a regulamenta, e nessa normatização cria-se um Capítulo específico, o II, para tratar da inclusão desse componente curricular. O referido documento explica, em seu Art. 3º § 1º e 2º, que todos os cursos de licenciatura são, em si, cursos de formação de professor, e neste sentido, o componente curricular Libras se torna obrigatório. Em relação aos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a Libras constitui-se como componente curricular optativo.

Em obediência a essas regulamentações, muitas IES têm incluído supracitada componente curricular. Mas como tem sido essa inclusão? Que sentido as IES têm atribuído a esse componente curricular visto que os aparatos legais não apresentam diretrizes ou objetivos sobre seu ensino? Qual o papel desse ensino na formação dos profissionais?

Muitas indagações surgem diante de tal conjuntura educacional, no entanto, neste artigo analisaremos tais questões. Apresentaremos dois resumos que abordam essa temática com base na seguinte estrutura: inicialmente discriminaremos os objetivos apresentados, em seguida delinearemos os passos metodológicos utilizados pelos autores e, por fim, apresentaremos os resultados e/ou possíveis conclusões ou considerações.

RESUMO I: OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al. A Língua Brasileira de Sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Interface**, Botucatu, v.16, n. 43, p. 995-1008, dez. 2012.

O estudo é transversal e documental sobre a inclusão do componente Libras na formação de profissionais dos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e odontologia. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar os projetos pedagógicos dos cursos citados quanto à inclusão do referido componente e aos parâmetros que norteiam esta ação educativa na formação dos profissionais, para assegurar a integralidade e humanização da assistência.

Para alcançar os objetivos, os autores analisaram, de novembro de 2010 a junho de 2011, os projetos pedagógicos (PP) dos cursos em questão que haviam incluído em seu currículo o componente curricular Libras, totalizando 14 cursos de enfermagem, sete de fisioterapia e três de odontologia, de quatro cidades do estado da Paraíba, e aplicaram um questionário com 24 coordenadores dos respectivos cursos, sendo esses dados analisados à luz de Bardin.

Os resultados apresentados mediante tal investigação indicam que 58% dos cursos oferecem a Libras e que os de licenciatura não a disponibilizam, se contrapondo às políticas citadas. Os conteúdos das ementas abordam temas como: a cultura da comunidade surda, a Libras e sua estrutura linguística, a abordagem prática de comunicação, a política e as legislações inclusivas.

Apesar das respostas imprecisas no tocante à organização e atribuição do componente, bem como sobre a formação do profissional em Libras, os autores concluem que a ênfase dada pelos componentes, nas IES pesquisadas, é quanto a proporcionar a inclusão social da pessoa surda, contribuindo para o atendimento integral e equânime de todos os cidadãos. Contudo, ressalta a necessidade de acompanhamento e avaliação do processo formativo na área, tanto pela percepção dos discentes, quanto pela dos docentes.

RESUMO II: GUARINELLO, Ana Cristina et al. A disciplina de Libras no contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia. **Revista Cefac**, São Paulo, v.15, n. 2, pp. 334-340, jun. 2012.

O trabalho apresenta um resumo coeso com os tópicos bem estruturados. Assim, o objetivo proposto foi analisar a inserção do

componente curricular Libras em cursos de graduação em fonoaudiologia, enfocando carga horária, período em que é ofertada, a natureza/estrutura da mesma; bem como a avaliação de graduandos quanto à contribuição de tal componente na sua formação acadêmica e nas relações estabelecidas com sujeitos surdos.

Em seguida, descreve a metodologia, instrumentalizada através de um questionário dirigido a 240 acadêmicos (que já tivessem cumprido a carga horária total do componente curricular Libras), de sete cursos de graduação em fonoaudiologia, ofertados em IES. O questionário foi respondido, por escrito, nas dependências dos cursos. Os resultados, analisados quantitativamente, foram organizados e apresentados em tabelas de frequências absolutas e relativas.

A análise dos dados revelou que, se por um lado, dentre os acadêmicos predomina a visão de que a carga horária destinada ao referido componente curricular é insuficiente, por outro, existe uma conscientização, por parte dos mesmos, quanto à importância e à necessidade da formação em Libras.

Assim, os autores chamam a atenção para a precisão do aprofundamento das discussões no contexto da fonoaudiologia acerca da formação acadêmica voltada para Libras, bem como a definição de critérios e parâmetros que garantam um ensino de qualidade em torno de tal conteúdo. Convida os leitores e pesquisadores a implementarem pesquisas que contribuam com essa formação em prol do avanço de práticas fonoaudiológicas bilíngues, clínicas e educacionais, dirigidas a sujeitos surdos.

Um pouco do que li...

As pesquisas sobre o ensino de Libras nas IES, publicadas na SciELO, ainda são escassas. Conforme exposto, apenas duas tratam dessa abordagem e são pesquisas recentes, de 2012 e 2013, que se reportam a uma área específica da saúde. Apresentam, em suas conclusões, a necessidade de implementação de pesquisas e

formação nessa área, podendo dialogar com as pesquisas citadas na temática *inclusão de surdos* na saúde, que demonstraram a fragilidade do atendimento aos surdos devido à ausência de profissionais qualificados.

É oportuno destacar que os próprios discentes dos cursos investigados pontuam sobre a necessidade da formação em Libras, destacando a relevância do componente curricular, principalmente os fonoaudiólogos, que durante anos cuidaram apenas da oralidade do surdo, podendo agora desenvolver atendimento em Libras.

Essa mudança na perspectiva do trabalho do fonoaudiólogo, e também dos demais profissionais, requer compreender o surdo por outra ótica, diferente da concepção de outrora. Antes, o surdo era visto como um doente que precisava de cura, e por isso, era educado numa concepção clínica, que determinava o desenvolvimento obrigatório da oralidade. Hoje, a abordagem sócio-antropológica compreende o surdo como um sujeito diferente, bilíngue. Essa mudança de paradigma sobre o surdo e sua educação é fruto, também, da formação que é proporcionada aos profissionais.

Sobre o componente curricular explicitado nas pesquisas, embora apresente carga horária insuficiente, não aborda apenas questões gramaticais, ou práticas de comunicação, mas propõe temas como cultura e política pública, possibilitando aos futuros profissionais da saúde desconstruírem mitos em torno da língua e do surdo e versarem pesquisas que difundam políticas inclusivas.

O que concluir, então?

Possíveis leituras foram feitas de cada resumo. Não se procurou esgotar o que está explícito neles, tampouco o que está implícito nas entrelinhas. Apenas apontar algumas possibilidades de correlacionamento entre os distintos trabalhos e agrupá-los por temáticas a fim de compreender o que se tem discutido sobre a Libras.

A diversidade de temas, os enfoques abordados, os objetivos

colocam a Libras sob diferentes perspectivas, comprovando que não se trata apenas de discutir uma língua, mas que essa discussão implica considerar cultura, acessibilidade, identidade, religião, ludicidade, aprendizagem, ensino, currículo, política etc. Nesse sentido, Libras deixa de ser somente uma língua para tornar-se vida.

As pesquisas analisadas mostram um interesse no discurso sobre os temas inclusão e aquisição da linguagem, em especial, da LP. Também é importante ressaltar que algumas pesquisas desenvolvidas evidenciam resultados que poderão ressignificar as práticas profissionais e dimensionar futuras pesquisas.

No que concerne à inclusão do componente curricular Libras nas IES, conforme foi mencionado, ainda há muito o que pesquisar. A negligência das IES na implantação do referido componente curricular nas licenciaturas e a ausência de pesquisa na área nos instiga a debruçar sobre a problemática, visto sua importância na formação de profissionais e, principalmente, de professores que atuarão na educação dos surdos e, assim, possibilitarão, ou não, a ascensão dos mesmos, seja no mercado de trabalho, na escola e na vida pessoal.

É importante destacar que, no Brasil, como experiência de ensino de língua estrangeira, desde 1996 houve a obrigatoriedade do ensino de uma língua moderna como componente curricular (BRASIL, 1996), mas as pesquisas têm demonstrado que não há como ser fluente estudando apenas durante um semestre. Não obstante, aprendemos um pouco sobre determinada língua e, conseqüentemente, sobre as vivências dos povos e suas respectivas culturas.

É por isso que o componente curricular Libras e as discussões a ela relacionadas tornam-se importantes, pois possibilitam aos profissionais em curso um conhecimento acerca das especificidades dos povos surdos e, principalmente, possibilitam destituir a invisibilidade que lhes foi imposta por um século, ao calar essas pessoas, ou seja, “silenciar suas mãos”. Talvez esse seja um dos sentidos da sua existência!

REFERÊNCIAS

BISOL, Cláudia Alquati; BREMM, Eduardo Scarantti; VALENTINI, Carla Beatris. *Blogs de adolescentes surdos: escrita e construção de sentido*. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v.14, n.2, p. 291-299, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

BOMFIM, Rute Oliveira do; SOUZA, Ana Paula Ramos de. Surdez, mediação e linguagem na escola. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 417-437, abr.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

_____. Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 21 de março de 2013.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 de março de 2013.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. Perception of persons with severe or profound deafness about the communication process during health care. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.14, n. 4, p. 553-560, jul.-ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. **Revista Brasileira Otorrinolaringologia**, São Paulo, v.75, n.1, p. 147-150, jan.-fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

CRUZ, José Ildon Gonçalves da; DIAS, Tárzia Regina da Silveira. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p. 65-80, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

FARIA, Juliana Guimarães. Formação, profissionalização e valorização do professor surdo: reflexões a partir do Decreto 5.626/2005. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n.1, p. 87-100, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

FAVERO, Maria Helena; PIMENTA, Meireluce Leite. Pensamento e linguagem: a língua de sinais na resolução de problemas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.19, n. 2, p. 225-236, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

FELIX, Ademilde. O papel da interação no processo de ensino-aprendizagem de português para alunos surdos em uma escola inclusiva. **Revista Trabalho em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 48, n.1, p. 119-131, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRANCO, Monique. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p. 15-30, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.12, n.3, p. 317-330, set.- dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

_____. A disciplina de Libras no contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia. **Revista CEFAC**, São Paulo, v.15, n. 2, p. 334-340, mar.-abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n. 3, p. 481-496, set.- dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 20, n. 50, p. 70-83, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 49-63, jan.- mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

_____. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n.3, p. 409-424, set.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

MELO, Tatiana Mendes de; YAMAGUTI, Elisabete Honda; MORET, Adriane Lima Mortari; BEVILACQUA, Maria Cecília. Audição e linguagem em crianças deficientes auditivas implantadas inseridas em ambiente bilíngue: um estudo de casos. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v.17, n. 4, p. 476-481, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

NOBREGA, Juliana Donato et al. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n. 3, p. 671-679, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al. A Língua Brasileira de Sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Interface**, Botucatu, v.16, n. 43, p. 995-1008, out.- dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; FIUZA, Nara Lúgia Gregório; REBOUCAS, Cristiana Brasil de Almeida. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Revista da Escola de enfermagem da USP**, v. 41, n. 3, p. 411-418, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 205-229, maio-ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

PETEAN, Eucia Beatriz Lopes; BORGES, Camila Dellatorre. Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.12, n. 24, p. 195-204, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muler. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, maio-ago. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicap.br>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

SANTOS, Emmanuelle Felix dos; SANTOS, Camila Fernandes; SANTOS, Robervaldo Correia. Sintaxe da Libras e a (re)afirmação linguística: o óbvio que ainda precisa ser dito. **Interdisciplinar**, Itabaiana, ano 8, v. 17, p. 489-506, jan.-jun. 2013. (Edição Especial) Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1341>>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

SILVA, César Augusto de Assis. Igreja Católica e surdez: território, associação e representação política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p. 13-38, 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

SILVA, Romario Antunes da; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Características de repositório educacional aberto para usuários de Língua Brasileira de Sinais. **Transinformação**, Campinas, v. 25, n.1, p. 65-79, jan.- abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

SOUZA, Flavia Faissal de; SILVA, Daniele Nunes Henrique. O corpo que brinca: recursos simbólicos na brincadeira de crianças surdas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.15, n. 4, p. 705-712, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.